

Sys 897312

Com 521 metas, plano é vago e controverso

Propostas, de difícil implementação, são direcionadas a todos os ministérios; abrangência desagradou a setores do governo

Texto inclui metas que já faziam parte dos planos de direitos humanos lançados em 1996 e 2002, no governo Fernando Henrique Cardoso

ANA FLOR FLÁVIO FERREIRA
DA REPORTAGEM LOCAL

A terceira edição do Programa Nacional de Direitos Humanos é um apanhado de 521 medidas que vão desde metas vagas, de difícil implementação, até propostas específicas, e controversas, que também não devem sair do papel. Muitas delas dependem não só da ação do governo federal, mas de municípios, Estados, Congresso e do Poder Judiciário.

O programa não contém disposições de aplicação imediata — dependem de aprovação de projetos de lei — e grande parte dele é composto de diretrizes de políticas públicas que envolve toda a Esplanada dos Ministérios, além de muitos órgãos da administração pública direta e indireta.

Essa “transversalidade temática” — expressão usada pelo ministro Paulo Vannuchi — porém, causou descontentamento em várias áreas do governo.

O programa também desagradou entidades da sociedade civil. Associações que representam veículos de comunicação, por exemplo, afirmaram que a proposta tenta promover o controle da imprensa.

O texto final, que se assemelha a uma grande carta de intenções, é uma versão reduzida e adaptada do documento aprovado na 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, em dezembro de 2008.

O evento, que reuniu órgão governamentais e entidades da sociedade civil, foi precedido

por 164 encontros regionais e estaduais sobre o assunto, além de 50 conferências temáticas nacionais, segundo a Secretaria Especial de Direitos Humanos.

Apesar das propostas polêmicas, grande parte do plano traz sugestões genéricas demais, como “proteger o idoso” ou “combater desigualdades salariais”. Há outras, porém, bem específicas. Uma traz recomendação ao Judiciário para

Oposição vai tentar anular decreto de Lula

MARIA CLARA CABRAL ADRIANO CEOLIN
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Líderes da oposição ao governo Lula afirmaram ontem que vão tentar barrar as propostas do Programa Nacional de Direitos Humanos no Congresso Nacional. Os próprios governistas dizem que as iniciativas podem ser aprimoradas e não são prioridade neste ano.

O PSDB apresentou no Senado um projeto de decreto legislativo para anular o que criou o programa. Para o partido, a proposta tem finalidade eleitoral.

Na justificativa do seu projeto, o PSDB afirma que “ficou plenamente evidenciado que o volume de propostas apresentadas trata, na verdade, de promessas de caráter eleitoral e não tem qualquer caráter pragnático”.

A proposta, que precisa passar pela aprovação da maioria do plenário e nas comissões, é assinada pelo líder

que adote uma posição em uma matéria sobre comunidades quilombolas. Outra propõe que os municípios incluam, no Plano Diretor, espaços para acampamentos ciganos.

Há também, no texto, metas que já faziam parte dos dois planos nacionais de direitos humanos anteriores, lançados em 1996 e 2002, nos governos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

tucano no Senado, Arthur Virgílio (AM). Ele também apresentou um requerimento de convocação dos ministros Nelson Jobim (Defesa), Tarso Genro (Justiça) e Paulo Vannuchi (Direitos Humanos) para explicar o assunto na CCJ.

Virgílio diz que o decreto abrange, “com uma amplitude absurdamente exagerada, temas desconexos”.

O presidente nacional do PSDB, senador Sérgio Guerra (PE), e o líder do partido na Câmara, José Aníbal (SP), também fizeram críticas.

O líder do DEM, deputado Ronaldo Caiado (GO), disse que as propostas são “revanchistas, de pessoas ressentidas, com ódio”.

A base aliada também não parece estar confiante na aprovação do projeto no último ano do governo Lula. O deputado Cândido Vaccarezza (SP), líder do PT, diz que a prioridade na volta do receso, em fevereiro, é a aprovação dos projetos do pré-sal.

Vaccarezza classificou o programa como bom, mas disse que ele deve ser aperfeiçoado no Congresso. Disse, ainda, que a oposição precisa ter “mais humildade”.

Em relação aos programas anteriores, o texto do governo Lula inova ao indicar “responsáveis” e “parceiros” em cada uma das medidas, além de trazer “recomendações”.

Defesa

O ex-ministro dos Direitos Humanos Nilmário Miranda diz que o plano “seria uma fraude” se abarcasse apenas ações a serem executadas pela Secretaria de Direitos Humanos.

Ele reconheceu que há propostas com dificuldade de sair do papel. “Dependem da vontade política dos entes federados, do Congresso”, disse.

Paulo Sérgio Pinheiro, membro da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, acredita que o documento precisa ser bem amplo. “O plano é a fotografia do que o governo e a sociedade civil almejam dos direitos humanos”, diz. “É genérico porque os direitos humanos são abrangentes. Não dá para fazer um programeto da área.”

Para a desembargadora aposentada do TJ-RS, Maria Benedita Dias, que advoga na área dos direitos homoafetivos, mesmo que muitos pontos fiquem sem implementação no curto prazo, é importante que o governo mostre seu comprometimento. “O reconhecimento homoafetivo [no plano] enfraquece a postura daquele congressista que tem medo de votar a favor [da união de pessoas do mesmo sexo]”, afirma.

Carlos Alberto Idoeta, fundador da seção brasileira da Anistia Internacional, afirma que é preciso ser cauteloso com a utilização do plano para ataques político-partidários, até mesmo dentro do mesmo governo. “[A área de direitos humanos] é muito maltratada por parte da opinião pública. Há uma desconfiança enorme”, diz ele.

PLANO POLÊMICO

Programa Nacional de Direitos Humanos gera protestos

O QUE É >> O 3º Programa Nacional de Direitos Humanos foi lançado no fim de 2009 por Lula com base em propostas discutidas em 50 conferências sobre o tema ao longo dos últimos anos

AS POLÊMICAS COM OUTROS SETORES

MEIO AMBIENTE

Incorporação dos sindicatos no processo de licenciamento ambiental de empresas

ECONOMIA

Taxação de grandes fortunas

CIÊNCIA

Fiscalização de pesquisas de biotecnologia e nanotecnologia

SAÚDE

Revisão das regras para planos de saúde

IGREJA

Apoio à descriminalização do aborto e à união civil entre pessoas do mesmo sexo e a garantia do direito de adoção por casais homoafetivos

COMUNICAÇÃO

Criação de uma comissão governamental para acompanhar como os meios de comunicação tratam os direitos humanos, criando um ranking de empresas

AGRONEGÓCIO

Realização de audiências públicas antes de um juiz decidir se concede liminar para reintegração de posse de uma fazenda invadida

Acompanhamento da rotulagem de transgênicos

MILITARES

Criação da comissão da verdade, responsável por apurar crimes durante o regime militar (1964-85)

JUDICIÁRIO

Recomenda-se ao Judiciário celeridade nos julgamentos das demarcações [agrárias]

EDUCAÇÃO

Garantir acesso à educação de qualidade e permanência na escola



Nelson Jobim (Defesa)

Stephanes vê preconceito em plano de direitos humanos

Ministro da Agricultura afirma que decreto levará 'insegurança jurídica' ao campo

Além de Stephanes, Jobim, comandantes do Exército e da Aeronáutica, entidade de ruralistas e bispos católicos já criticaram o programa

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

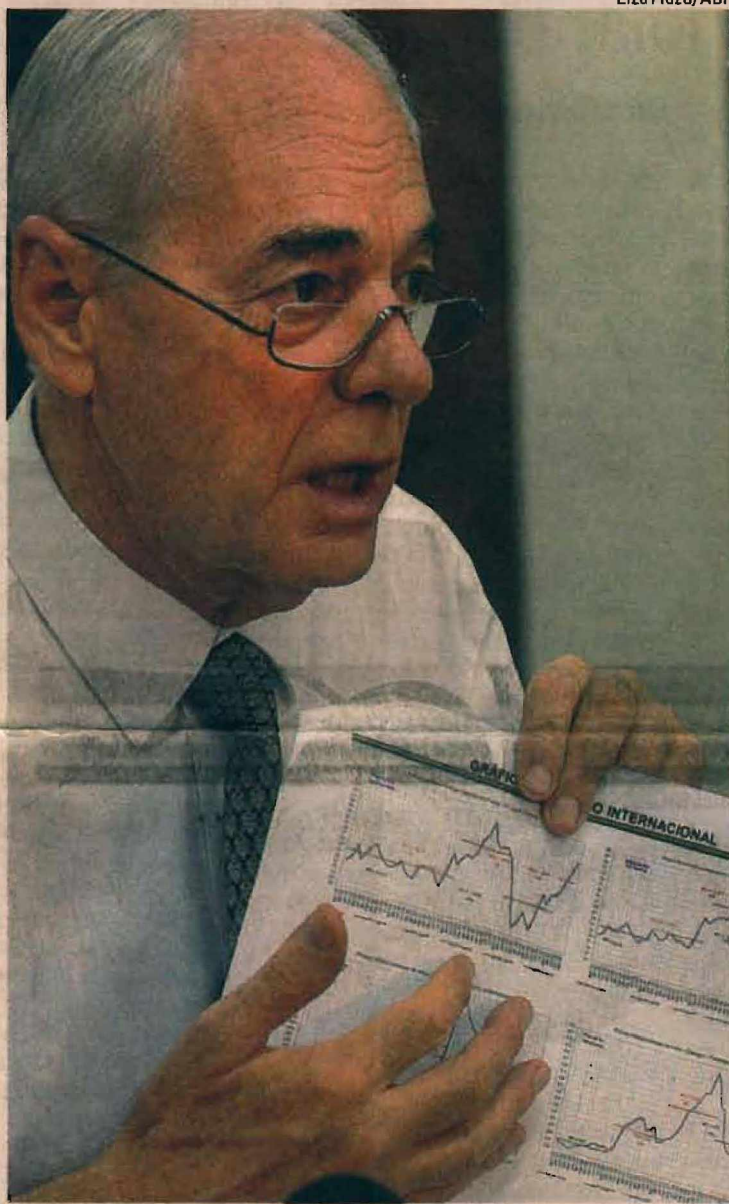
O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, engrossou o coro das críticas surgidas dentro do próprio governo ao decreto que institui o Programa Nacional dos Direitos Humanos. De acordo com o ministro, o decreto vai trazer instabilidade jurídica para o campo e revela preconceito.

A primeira crise no governo devido ao programa surgiu durante o Natal, quando os comandantes do Exército, general Enzo Martins Peri, e da Aeronáutica, brigadeiro Juniti Saito, ameaçaram pedir demissão. O objetivo era pressionar para que o presidente Lula revogue trechos do texto que, entre outras coisas, cria uma comissão da verdade para apurar torturas e desaparecimentos no regime militar (1964-1985).

Em reunião à época com o ministro da Defesa, Nelson Jobim, os dois classificaram o documento como "excessivamente insultuoso, agressivo e revanchista" às Forças Armadas. Jobim alegou que não tinha sido consultado sobre os termos, que não concordava com seu teor e que iria falar com Lula.

O presidente enfrenta dois polos distintos: os militares, Jobim e Stephanes, que querem alterações e alegaram desconhecer o decreto, e o ministro da Justiça, Tarso Genro, e o ministro de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, que defendem a iniciativa. Fora do governo, a CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil) e bispos da Igreja Católica também criticam o texto.

Apesar de ter a expressão



Elza Fluzza/ABr

Reinhold Stephanes, ministro da Agricultura, durante evento

"Direitos Humanos" no nome, o decreto estabelece a elaboração de novas leis sobre diversos assuntos, como: reformular a lei de planos de saúde, taxar grandes fortunas e até mudar regras para se cumprir mandados de reintegração de posse.

"Sinto que a Agricultura não esteja participando. Isso demonstra preconceito contra a agricultura comercial. O decreto causa insegurança jurídica",

afirmou o ministro.

Ele criticou a ênfase dada à agricultura familiar. "O que existe são pequenos produtores, médios produtores e grandes produtores. Não se pode ignorar que existe uma classe média crescendo no campo."

O secretário-executivo do Ministério da Agricultura, José Gerardo Fontelles, no entanto, assina o decreto. Apesar disso, o ministério informou que suas



Sinto que [o Ministério da] Agricultura não esteja participando. Isso demonstra preconceito contra a agricultura comercial. O decreto causa insegurança jurídica e o setor precisa de mais segurança

REINHOLD STEPHANES
ministro da Agricultura

propostas não foram ouvidas nem levadas em consideração e que o texto já chegou pronto e assinado pelos outros ministros. Entre os 21 ministérios citados como membros do comitê de acompanhamento do plano, não consta o da Agricultura.

Após a divulgação das declarações de Stephanes, o ministro Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário) criticou o colega e defendeu o plano. Disse que as reclamações de Stephanes não fazem sentido. "Até onde estou informado, todos os ministérios participaram."

Anteontem a presidente da CNA, senadora Kátia Abreu (DEM-TO), já havia criticado o programa, principalmente quanto à exigência de audiência pública antes do processo de desocupação de terras. "Vou sentar e mediar com o crime?"

O decreto também recebeu críticas de bispos, que reagiram a artigos que propõem ações para apoiar "projeto de lei que descriminaliza o aborto", "mecanismos para impedir a ostentação de símbolos religiosos em estabelecimentos públicos", "união civil entre pessoas do mesmo sexo" e "direito de adoção por casais homoafetivos".

➔ LEIA MAIS A6 e A7

Jobim vai cobrar de Lula a revisão do programa

ELIANE CANTANHÊDE
COLUNISTA DA FOLHA

O ministro da Defesa, Nelson Jobim, vai se reunir na semana que vem com o presidente Lula para revisar o terceiro Plano Nacional dos Direitos Humanos. Jobim quer que a futura comissão da verdade possa, em tese, investigar os dois lados envolvidos, o da repressão e o da esquerda armada, mas há resistência das pastas da Justiça e Direitos Humanos.

O plano, que encontra fortes reações também na Igreja Católica, no setor ruralista, e de entidades de comunicação, se tornou o principal e mais complexo problema político de Lula no início de 2010, ano da campanha sucessória.

O presidente se comprometeu com Jobim a promover a revisão numa conversa dos dois na Base Aérea de Brasília no dia 22 de dezembro, um dia depois do lançamento oficial do plano e em meio à ameaça de demissão dos comandantes das For-

ças Armadas. No dia seguinte, o ministro comunicou a decisão a eles, que aguardam a concretização do acordo.

A área política do governo, porém, duvida da revisão e teme que o problema se desloque de lado: o principal responsável pelo plano, o ministro de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, é quem poderia pedir demissão. Ao mesmo tempo em que prometeu mudar os pontos que geram tensão entre os militares, Lula não quer perder apoio de uma área tão forte, em um ano eleitoral.

A proposta original de Jobim, depois de ouvir Exército, Marinha e Aeronáutica, era a criação de uma comissão da verdade e da reconciliação, seguindo o modelo da África do Sul. Ele e os militares reclamam que Vannuchi não acatou nenhuma das sugestões da área militar.

Há duas opções para mexer na diretriz 23, do 6º capítulo, que fala em violações de Direitos Humanos "praticadas no contexto da repressão política"

da época da ditadura militar (1964-1985). Como está, prevê apuração só de torturas praticados por militares. Jobim defende que haja abertura para investigar também assaltos a bancos, sequestros e mortes promovidos pelos militantes da esquerda armada.

Mudanças

Há duas formas possíveis para isso. Ou o texto passa a falar em violações praticadas "no contexto de conflitos políticos e da repressão política", ou a se referir diretamente a "violações de Direitos Humanos ocorridas no Brasil", sem indicar quem as teria cometido.

Conforme a **Folha** apurou, o Ministério da Defesa concluiu que não adianta Lula empurrar o desfecho para abril, quando o projeto de lei que irá instituir a comissão faria o ajuste. Como o plano é um decreto presidencial, um projeto de lei não tem força legal para revogá-lo.

Jobim também está negociando a revisão de dois outros

pontos do plano com Lula. Um deles é o que prevê que comitês estaduais identifiquem e cataloguem instalações militares que abrigaram tortura durante a ditadura. O outro ponto é a intenção de tirar o nome de ex-presidentes militares, como Castello Branco, Costa e Silva e Emílio Médici, de locais públicos como pontes e viadutos.

A crítica é que ambos têm "viés stalinista". O temor é que incitem uma onda de civis contra prédios e oficiais militares.

Para o Ministério da Defesa e para os militares, porém, os críticos estão fazendo confusão entre a comissão da verdade e a revisão da anistia.

Na avaliação deles, o programa não implica a revisão da lei que anistiou todos os lados, até porque o segundo item da própria diretriz 23, que trata das atividades da comissão, manda observar "as disposições da Lei 6683, de 28.08.1979" —que é, justamente, a Lei da Anistia. Trata-se do reconhecimento de sua legitimidade.

FOLHA DE S. PAULO

09/01/2010

A4

BRASIL

Críticos tiveram 4 meses para mudar projeto, diz Vannuchi

Ministro afirma que texto ficou aberto a sugestões e críticas em site do governo

Jobim sugeriu alterações no 3º Programa Nacional de Direitos Humanos antes que decreto fosse assinado, mas o texto já estava na gráfica

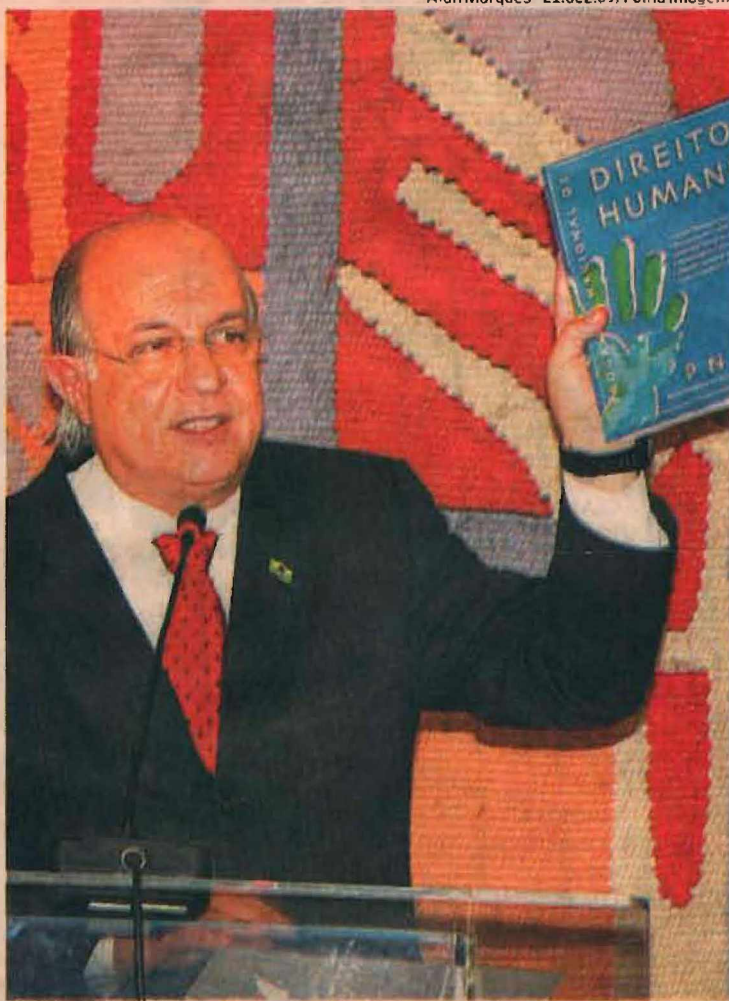
MARTA SALOMON
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Em resposta às críticas de ruralistas e setores da Igreja Católica e da mídia que se somaram à dura reação dos militares, o ministro Paulo Vannuchi (Direitos Humanos), saiu ontem em defesa do 3º Programa Nacional de Direitos Humanos.

Alegou que o texto, com mais de 500 ações diferentes em forma de orientações, foi submetido à consulta de 31 ministérios durante quatro meses antes da edição do decreto presidencial, agora objeto de polêmica, e ficou aberto a sugestões e críticas em um site do governo.

Em nota divulgada ontem à noite, a secretaria defendeu cada um dos pontos criticados, como o apoio à união civil entre pessoas do mesmo sexo, a proposta de proibir símbolos religiosos em estabelecimentos públicos federais, o controle do conteúdo veiculado nos meios de comunicação e a realização de audiências públicas para debater a reintegração de posse de terras invadidas.

A nota não comenta a possibilidade de revisão do decreto editado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Questionada ontem, a Casa Civil — filtro das medidas que o presidente assina — não respondeu sobre a possibilidade de Lula ainda mudar o texto publicado



Paulo Vannuchi no lançamento do programa de direitos humanos

no “Diário Oficial da União”, com a assinatura de 28 ministros ou seus representantes.

Comissão

Poucos dias antes da edição do decreto, o presidente pediu a Paulo Vannuchi que alterasse o texto na parte que prevê a criação de uma “Comissão Nacional da Verdade”, objeto da principal crítica dos militares

ao plano. Em vez de tratar apenas do exame de “violações de direitos humanos praticadas no contexto da repressão política” no período da ditadura militar, o texto deveria incluir “conflitos políticos”.

Segundo Vannuchi contou ao amigo e deputado federal Raul Jungmann (PPS-PE), Lula solicitou a mudança logo depois de falar com o ministro da Defesa,

Nelson Jobim, numa escala da viagem para Copenhague, em 15 de dezembro.

Vannuchi conta que foi alcançado já de madrugada pelo chefe de gabinete de Lula, Gilberto Carvalho. Mas o texto do Programa de Direitos Humanos já estava na gráfica.

O ministro alegou que mudanças poderiam ser feitas posteriormente, quando o governo detalhasse as propostas em projeto de lei a ser enviado ao Congresso Nacional até abril.

Alternativa

Segundo a **Folha** apurou, Lula teria concordado com essa alternativa. Na semana seguinte, o presidente lançou o plano da forma como Vannuchi havia proposto e que a Casa Civil havia liberado, após fazer uma análise jurídica do texto.

Em discurso feito durante a cerimônia no Ministério da Justiça, em 21 de dezembro, Lula indicou que as diretrizes do plano não representavam uma palavra final do governo federal e disse que o texto seria “digerido” após a publicação do decreto.

Diante da reação dos comandantes militares, que ameaçaram pedir demissão na véspera do ano novo, Lula viajou para uma temporada de dez dias de descanso sem determinar nenhuma mudança no decreto.

Na nota divulgada ontem à noite, a Secretaria de Direitos Humanos alega que uma versão preliminar do programa de Direitos Humanos ficou aberta a críticas e sugestões durante todo o ano de 2009 no site do órgão.

Alan Marques - 21.dez.09/Folha Imagem